



DANIEL ESTEVÃO/AGU

AGU também planeja mais 403 vagas na área administrativa

Concurso da AGU com 170 vagas para carreiras jurídicas

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a Advocacia-Geral da União (AGU) a realizar concurso público para o preenchimento de 170 vagas em quatro carreiras jurídicas. Serão ofertadas 50 vagas para advogado da União, 50 para procurador da Fazenda Nacional, 50 para procurador federal e 20 para procurador do Banco Central. A ministra da Gestão, Esther Dweck, confirmou a existência de dotação orçamentária para as nomeações. O advogado-geral da União, Jorge Messias, criou um grupo de trabalho que terá 30 dias para definir o modelo do certame, com previsão de publicação do edital ainda em 2026. A AGU também aguarda aval do MGI para um novo concurso da área administrativa, com 403 vagas, ampliando a expectativa de reforço no quadro de servidores da instituição.

212 vagas para a Dataprev

A Dataprev, empresa pública federal responsável pelo desenvolvimento de soluções de tecnologia para a Previdência Social e outros serviços do governo, publicou edital de concurso com 212 vagas imediatas e 1.611 para cadastro de reserva, totalizando 1.823 oportunidades. Os salários iniciais variam de R\$ 8.273,94 a R\$ 10.685,44, além de benefícios. As inscrições seguem até 6 de agosto, pelo site da FGV. As provas objetivas serão aplicadas em 11 de outubro de 2026.



AGÊNCIA BRASIL

Vagas são destinadas a sete cidades, incluindo Brasília

Funpen vai financiar capacitação de servidores

A Lei Complementar 233/2026 autoriza o uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para financiar a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a capacitação continuada de policiais penais e demais servidores do sistema prisional. Sancionada em 1º de julho, a norma prevê que os cursos sejam realizados, preferencialmente, por instituições públicas. O Funpen dispõe atualmente de orçamento de R\$ 961,61 milhões, destinado também à melhoria da infraestrutura do sistema penitenciário.

Condsef pede isonomia na Gratificação Temporária

A Condsef/Fenadsef cobrou do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) a regulamentação da GTATA, gratificação criada pela Lei 15.357/2026 para atividades técnicas e administrativas no Executivo Federal. A entidade pede tratamento isonômico, com inclusão de servidores de nível médio, auxiliares e aposentados. O governo prevê publicar a regulamentação na próxima semana.

Novas Varas I

O Superior Tribunal de Justiça apresentou o PL 3.419/2026, que propõe a criação de quatro novas varas federais na Seção Judiciária de Minas Gerais. As unidades serão instaladas nas Subseções de Teófilo Otoni, Viçosa, Manhuaçu e Passos, para ampliar a capilaridade da Justiça Federal e garantir a rapidez processual na jurisdição do TRF6.

Novas Varas II

A proposta, aprovada pelo plenário do STJ, prevê a criação de 136 cargos e funções para estruturar as novas varas, com implementação gradual entre 2027 e 2028. A medida busca reduzir a sobrecarga de trabalho em localidades onde as varas únicas possuem alta demanda, garantindo a qualidade da prestação jurisdicional.

Salário I

Servidores estaduais do Rio recebem neste mês a primeira de duas parcelas da Lei 9.436/2021, que trata da recomposição inflacionária de 26,11%. O pagamento, de 5,62%, será depositado em agosto, referente à folha de julho. A segunda cota, de mesmo valor, está prevista para o mês de novembro. Mais de 421 mil servidores são beneficiados.

Salário II

O cálculo segue o efeito dos juros compostos para alcançar o aumento total. A Secretaria de Planejamento (Seplag-RJ) preparou exemplos para várias carreiras, como Educação, Saúde e Segurança. Assim, os servidores podem conferir exatamente como o reajuste será aplicado sobre o salário básico e as gratificações de cada cargo estadual.

Greve I

Servidores de Porto Alegre devem paralisar na sexta-feira (10). O Sindicato aprovou a greve da categoria pela Data-Base, exigindo a reposição de 34,16% das perdas salariais, além de reivindicarem a atualização de benefícios que, segundo o órgão, estão congelados. O impasse é a reposição salarial de dois anos e as perdas desde a pandemia.

Greve II

A gestão municipal elabora um acordo de reajuste de 4,26% no vale-alimentação, além de um complemento para servidores com vencimento básico inferior ao salário mínimo, com efeitos retroativos a janeiro de 2026. Também negocia a aplicação da primeira parcela da reposição inflacionária de 2023 (1,54%) na folha de dezembro.



Benefício é destinado para carreiras estratégicas em áreas de fronteira

Adicional de fronteira para servidores da CGU e analistas

Medida provisória inclui novas carreiras no benefício de R\$ 91/dia

Da Redação

A Presidência da República publicou na sexta-feira(3) a Medida Provisória (MP) 1.375/2026, que amplia o pagamento da indenização de fronteira para servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) e para analistas técnicos do Poder Executivo Federal (ATE) que atuam em localidades consideradas estratégicas para ações de fiscalização e combate a crimes.

A medida foi publicada no Diário Oficial da União e já está em vigor. No entanto, por se tratar de uma medida provisória, o texto precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em até 120 dias para ser convertido definitivamente em lei. Caso contrário, perderá a validade.

A MP altera a Lei 12.855, de 2013, que regulamenta a indenização destinada a servidores federais que trabalham em regiões de fronteira. Até então, o benefício era pago a carreiras como policiais federais, policiais rodoviários federais e auditores da Receita Federal, entre outras. Com a mudança, passam a integrar essa relação servidores da CGU e da carreira de analista técnico do Poder Executivo Federal. No caso dos analistas técnicos do Executivo, o adicional será pago apenas aos profissionais que esti-

verem em exercício na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal ou na Receita Federal e que atuem nas localidades definidas como estratégicas. O valor da indenização é de R\$ 91 por dia efetivamente trabalhado nessas regiões.

A medida também determina que os pagamentos realizados desde 31 de março de 2026 sejam considerados válidos. Essa foi a data de publicação da lei que criou a carreira de analista técnico do Poder Executivo Federal, destinada a profissionais com formação superior em áreas como administração, contabilidade, biblioteconomia e arquivologia.

Para os servidores da Controladoria-Geral da União, o benefício será concedido aos analistas e técnicos de finanças e controle que desempenham atividades nas regiões de fronteira abrangidas pela legislação.

MUDANÇAS NA CVM

O texto da MP transforma 254 cargos vagos de agente administrativo do extinto Ministério da Fazenda em 50 cargos de inspetor de mercado de capitais da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). De acordo com o governo, a alteração não gera aumento de despesas e tem como objetivo reforçar a estrutura responsável pela fiscalização do mercado de capitais.